

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	25
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Descrição dos controles internos	32
5.4 - Programa de Integridade	33
5.5 - Alterações significativas	35
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	36

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	37
6.3 - Breve histórico	38
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	39
6.6 - Outras informações relevantes	40

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	41
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	42
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	43
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	44
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Políticas socioambientais	50
7.9 - Outras informações relevantes	51

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	52
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	53
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	54

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	57
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	59
9.2 - Outras informações relevantes	61
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	62
10.2 - Resultado operacional e financeiro	64
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	66
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	68
10.5 - Políticas contábeis críticas	69
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	70
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	71
10.8 - Plano de Negócios	72
10.9 - Outros fatores com influência relevante	73
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	74
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	75
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	76
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	78
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	80
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	81
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	82
12.7/8 - Composição dos comitês	89

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	90
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	91
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	110
12.12 - Outras informações relevantes	111

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	112
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	115
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	119
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	120
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	121
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	122
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	123
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	124
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	125
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	126
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	127
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	128
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	129
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	130
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	131
13.16 - Outras informações relevantes	132

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	133
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	134

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	135
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	136
14.5 - Outras informações relevantes	137
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	138
15.3 - Distribuição de capital	144
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	145
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	146
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	147
15.7 - Principais operações societárias	148
15.8 - Outras informações relevantes	149
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	150
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	151
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	154
16.4 - Outras informações relevantes	155
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	156
17.2 - Aumentos do capital social	157
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	158
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	159
17.5 - Outras informações relevantes	160
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	161
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	163

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	164
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	165
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	167
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	168
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	169
18.8 - Títulos emitidos no exterior	170
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	171
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	172
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	173
18.12 - Outras informações relevantes	174
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	175
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	176
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	177
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	178
20.2 - Outras informações relevantes	179
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	180
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	181
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	182
21.4 - Outras informações relevantes	183

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marco Aurélio Neto Arnes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

ALFA HOLDINGS S.A.

São Paulo, 31 de maio de 2018.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Marco Aurélio Neto Arnes
Diretor de Relações com Investidores
(original assinado)

Declaro e atesto que:

- d) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- e) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- f) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Diretor Presidente
(original assinado)

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

ALFA HOLDINGS S.A.

São Paulo, 31 de maio de 2018.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Marco Aurélio Neto Arnes
Diretor de Relações com Investidores
(original assinado)

Declaro e atesto que:

- d) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- e) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- f) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Diretor Presidente
(original assinado)

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	11623-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Período de prestação de serviço	23/04/2012 a 19/03/2015
Descrição do serviço contratado	Prestar serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais e trimestrais, individuais e consolidadas do emissor.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	.
Justificativa da substituição	Cumprimento ao disposto no art. 31 da Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor independente.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ana Cristina Linhares Areosa	28/06/2012 a 19/03/2015	013.083.117-45	Av. Paulista, 37, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-902, Telefone (011) 38865100, e-mail: ana.areosa@br.gt.com
Luiz Cláudio Fontes	23/04/2012 a 27/06/2012	331.194.577-87	Av. Paulista, nº 37, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-902, Telefone (11) 38865100

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	08/05/2015
Descrição do serviço contratado	Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2015, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015. Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2016, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016. Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Contratação efetuada em 25/04/2017. Em 2017 foram pagos R\$ 79.869,00 (75.348,00 em 2016).
Justificativa da substituição	Cumprimento ao disposto no art. 31 da Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor independente.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ZENKO NAKASSATO	08/05/2015	916.464.218-68	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos nº. 105 - Edif. EZ Tower, Torre A, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403132, Fax (011) 39403072, e-mail: znakassato@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não há informações complementares a serem fornecidas.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	918.365.000,00	882.902.000,00	851.427.000,00
Ativo Total	925.349.000,00	889.310.000,00	857.499.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	669.000,00	840.000,00	1.343.000,00
Resultado Bruto	40.621.000,00	50.735.000,00	51.585.000,00
Resultado Líquido	43.536.000,00	50.783.000,00	51.537.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	84.682.269	84.682.269	84.682.269
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,844832	10,426055	10,054372
Resultado Básico por Ação	0,491658	0,573500	0,582145
Resultado Diluído por Ação	0,49	0,57	0,58

3.2 - Medições não contábeis

O emissor não divulgou no decorrer do último exercício medições não contábeis.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social que as alterassem substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre retenção de lucros

Não há previsão de retenção de lucros no Estatuto Social do emissor.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social do emissor, aplicam-se as seguintes regras quanto à distribuição de dividendos: Após a dedução do Imposto de Renda e eventuais prejuízos acumulados, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social; (ii) valores que, legalmente puderem ser destinadas a Reservas para Contingências; (iii) valor necessário ao pagamento de um dividendo que represente em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte: a) 90% (noventa por cento) à Reserva para aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do Capital Social, b) o remanescente, à Reserva Especial de Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; (v) Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei das Sociedades Anônimas, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar; (vi) as reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a Reserva Legal, não poderão ultrapassar o Capital Social; atingido este limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do Capital Social, ou na distribuição de dividendos.

Conforme disposto no artigo 192 da Lei nº. 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentam à Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto nos artigos 192 a 203 da Lei e no Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

A Reserva Legal visa assegurar a integridade do Capital Social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. Esse valor é apurado mediante a aplicação da alíquota legal e estatutária de 5% sobre o resultado do exercício.

A Reserva de Lucros a Realizar é constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de coligadas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes.

A “Reserva de Lucros a Realizar” é calculada conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil		
	2017	2016	2015
- Lucro Líquido do Exercício	43.536	50.783	51.537
- (-) Resultado da Equivalência Patrimonial	(46.718)	(53.176)	(53.417)
- = Lucro (Prejuízo) Financeiro	(3.182)	2.393	(1.880)
- Lucro Líquido do Exercício para destinação	43.536	50.783	51.537
- (-) Reserva Legal	<u>(2.177)</u>	<u>(2.539)</u>	<u>(2.577)</u>
- Base de cálculo para dividendos	41.359	48.244	48.960
- Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	10.340	12.061	12.239
- (-) Lucro Financeiro	-	-	-
- Dividendos postergados em Reserva de Lucros a Realizar	10.340	12.061	12.239

c) Periodicidade das distribuições de dividendos.

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral do Emissor. Nos três últimos exercícios sociais os dividendos foram distribuídos conforme o Estatuto Social do emissor, que permite que os pagamentos de dividendos ou JCP sejam efetuados com base no balanço intermediário de 30 de junho e no balanço de encerramento do exercício em 31 de dezembro de cada ano.

3.4 - Política de destinação dos resultados

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, nos últimos três exercícios sociais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultado formalmente aprovada. A destinação é feita conforme legislação vigente e disposições contidas em seu estatuto social.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	41.359.000,00	48.243.850,00	51.537.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	16,552900	13,321436	11,696758
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	4,503547	5,464236	6,053068
Dividendo distribuído total	6.846.113,76	6.426.773,69	6.028.209,95
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	19/04/2018	19/04/2017	20/04/2016

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		16.886,27	06/10/2017				
Preferencial	Preferencial Classe B	9.742,70	06/10/2017				
Dividendo Prioritário Mínimo							
Preferencial	Preferencial Classe A	2.153.820,89	06/10/2017	2.120.834,79	03/10/2016	1.989.309,38	05/10/2015
Preferencial	Preferencial Classe A	4.665.663,90	19/03/2018				
Preferencial	Preferencial Classe A			4.305.938,90	13/03/2017		
Preferencial	Preferencial Classe A					4.038.900,57	14/03/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos 3 últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	6.984.000,00	Índice de Endividamento	0,00760482	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		6.631.000,00	353.000,00	0,00	0,00	6.984.000,00
Total			6.631.000,00	353.000,00	0,00	0,00	6.984.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Ao emissor

Por se tratar de uma Companhia exclusivamente de participações societárias, seu risco fica concentrado na continuidade e nos riscos inerentes a cada empresa em que tem participação, em especial, as instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Suas atividades podem ser impactadas por quaisquer riscos que venham a afetar seu grupo econômico.

Entendemos que a marca Alfa, que é identidade corporativa do emissor, tem um valor considerável no mercado e que a mantém em destaque. Não podemos assegurar, no entanto, o não surgimento de eventos que provoquem desvalorização da marca do emissor.

b) Ao controlador

O interesse do acionista controlador do emissor pode em certas circunstâncias, não coincidir com o interesse dos demais acionistas.

c) Aos seus acionistas

O investimento em valores mobiliários negociados nos mercados de capitais envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. A falta de liquidez de ações pode vir a dificultar a venda, por parte de acionistas, na ocasião e pelo preço que desejam. O emissor pode vir a não efetuar pagamento de dividendos aos acionistas em qualquer exercício social, caso os administradores façam o aconselhamento, e se a assembléia geral de acionistas do emissor assim aprovar, em decorrência da situação financeira do emissor.

d) A suas coligadas

As empresas coligadas de maior relevância são as seguintes:

i) Banco Alfa de Investimento S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. está sujeito aos riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, como os principais.

ii) Financeira Alfa S.A. – Crédito Financiamento e Investimentos

A Financeira Alfa está sujeita a riscos inerentes à sua atividade como empresa financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, estão entre os principais.

e) A seus fornecedores

O emissor não possui fornecedores relevantes.

f) A seus clientes

O emissor não possui clientes.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente empresas de setores econômicos específicos, fazendo com que possam ter sua condição financeira ou mesmo viabilidade comprometidas. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do emissor.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente empresas de setores econômicos específicos, fazendo com que possam ter sua condição financeira ou mesmo viabilidade comprometidas. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados do emissor.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

O emissor não atua no exterior.

j) Questões sócios ambientais

Não há fatores de risco sócios ambientais que possam influenciar a decisão de investimento por parte dos investidores do emissor e suas coligadas.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em relação a cada um dos riscos anteriormente mencionados, as empresas coligadas do emissor estão em permanente monitoramento quanto aqueles que possam afetar adversamente seus negócios, resultados e continuidade de suas operações. Este monitoramento analisa o ambiente no qual o emissor está inserido, avaliando impactos de mudanças macroeconômicas e setoriais sobre suas atividades através de indicadores consistentes de riscos e performance, bem como os riscos inerentes à forma de operação, dentro do ambiente regulatório que lhe é exigido. A avaliação quando da preparação destas informações é a de que nossa exposição aos riscos monitorados está enquadrada dentro dos parâmetros definidos pela nossa política de gestão de riscos, e de que inexistem evidências de aumento substancial no risco em qualquer das classes descritas no item anterior.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

O Emissor não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes e também não possui controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

O Emissor não possui processos nessas condições e também não possui controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há nenhum processo sigiloso em que o emissor seja parte e que não tenha sido divulgado. O emissor não possui controladas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

O Emissor não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto. O Emissor não possui controladas.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Esta questão não é aplicável, pois o emissor é pessoa jurídica nacional.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a) Por se tratar de uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa que possuem políticas próprias de gerenciamento de riscos. Esses riscos estão detalhados a seguir.

b) O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades das suas coligadas financeiras são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado Alfa. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada.

i. Gestão do Capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer um retorno adequado e seguro aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital social, reservas de capital, reservas legal, estatutária e de lucros a realizar e lucros acumulados.

ii. Risco de Liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos.

iii. Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Conglomerado Alfa com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Conglomerado terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da organização.

iv. Risco de mercado

Por meio de sua atividade, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros relacionados à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercados sobre as posições ativas e passivas da carteira própria das suas coligadas. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado das coligadas e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

v. Risco operacional

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à diretoria de crédito, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site **www.alfanet.com.br**.

c) As Instituições Financeiras do Conglomerado dispõem de sistema eletrônico de monitoramento de controles internos, de forma que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) Por se tratar de uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa que possuem políticas próprias de gerenciamento de riscos.

b) Os objetivos e as estratégias de gerenciamento de riscos de mercado das suas coligadas financeiras são os seguintes:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

O Conglomerado Financeiro Alfa busca proteção para as exposições sujeitas a variações nas taxas juros, índices de preços, cupom e variação cambial. Esta proteção visa travar ganhos existentes ou limitar perdas quando da percepção de um cenário que possa se mostrar desfavorável para determinadas exposições.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As estratégias de proteção das exposições a risco do Conglomerado Financeiro Alfa são definidas pela Presidência e pela Diretoria da Tesouraria, observando-se cenários baseados em expectativa futura nas variações das taxas de juros prefixadas, vis-à-vis os limites de exposições e concentrações ao risco definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM).

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge) são os derivativos, definidos em consonância com a estratégia estabelecida pela Presidência e pela Diretoria da Tesouraria do Conglomerado Financeiro Alfa.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros e metodologias de gerenciamento de risco de mercado são aplicados em conformidade com as boas práticas de mercado, descritas abaixo:

a) Fontes de Informações e Fatores de Riscos

Os preços de mercado (cotações de moedas, ações e opções, curva de juros, índices de inflação e preços) são obtidos de forma automática pelo sistema de Riscos. O sistema utiliza a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, SELIC, ANBIMA, BANCO CENTRAL e outras fontes de divulgação pública para coleta dos dados de mercado.

No caso de ativos de baixa liquidez ou na falta de divulgação pública de preços, adota-se uma metodologia desenvolvida internamente, levando-se em conta os componentes de riscos de crédito e liquidez inerentes ao ativo.

As operações sob análise de risco de mercado são divididas em seus fatores de riscos distintos tratados de forma individualizada, os quais são consolidados no cálculo do VaR.

Os limites de exposição e risco são definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM).

b) Metodologia Adotada

Para gerenciamento de risco de mercado, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de ferramentas estatísticas largamente utilizadas pelo mercado. Dentre estas, destacam-se os cálculos de VaR, estresse e *duration*.

O VaR é calculado diariamente pelo modelo paramétrico, utilizando-se para cálculo de volatilidade o método EWMA com lambda de 0,94 para o horizonte de tempo de 1 (um) dia e nível de confiança de 99%. A aferição do modelo é medida através do *backtest* diário.

De acordo com este método, a assertividade do VaR, por ser uma expectativa, pode ser confirmada através do recálculo da carteira pela curva de mercado do dia da expectativa (retorno da carteira). A diferença entre o retorno da carteira (variação real) e o VaR não poderá ser superior a 3 (três) extrapolações a cada 252 observações (dias úteis), ou seja, 1% da estimativa de perdas.

De forma a aumentar a assertividade quanto às métricas de risco providas pelo VaR, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de cenários de estresse. Estes contribuem para a avaliação de situações de adversidade de mercado. Quando o

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

VaR, isoladamente, perde eficácia no monitoramento de risco, o Conglomerado Financeiro Alfa utiliza cenários divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão para o preparo de cenários de estresse.

Semanalmente são enviados reportes preparados pelo Departamento de Gestão de Riscos aos diretores de Tesouraria e de Gestão de Risco de Mercado, informando a exposição do Conglomerado Financeiro Alfa e os seus riscos vis-à-vis os limites aprovados. Além disso, bimestralmente é realizada reunião do COGER para avaliar o processo de gestão de riscos.

Periodicamente, o Departamento de Controles Internos envia questionários eletrônicos aos departamentos envolvidos na estrutura de gerenciamento de risco de mercado para verificar a aderência e a efetividade dos processos adotados.

Adicionalmente, o Departamento de Auditoria Interna verifica o cumprimento de todo o processo definido para o gerenciamento de risco de mercado.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Além da atuação do Conglomerado Financeiro Alfa em mercados de derivativos para a finalidade de hedge de posições próprias e de clientes, o Conglomerado Financeiro Alfa pode valer-se da utilização de tais instrumentos para buscar oportunidades de ganho financeiro. A política interna rege que as estas operações podem ser feitas de acordo com expectativas apropriadas de mercado, respeitando-se limites de exposição estabelecidos para cada fator de riscos de mercado, bem como seus respectivos limites de crédito. Para determinar estes momentos, são utilizadas as projeções econômicas produzidas pelo Conglomerado Financeiro Alfa e por entidades externas de consultoria.

Destaca-se que a efetividade dos instrumentos de hedge utilizados pelo Conglomerado Financeiro Alfa é mensurada e validada de acordo com as disposições da Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

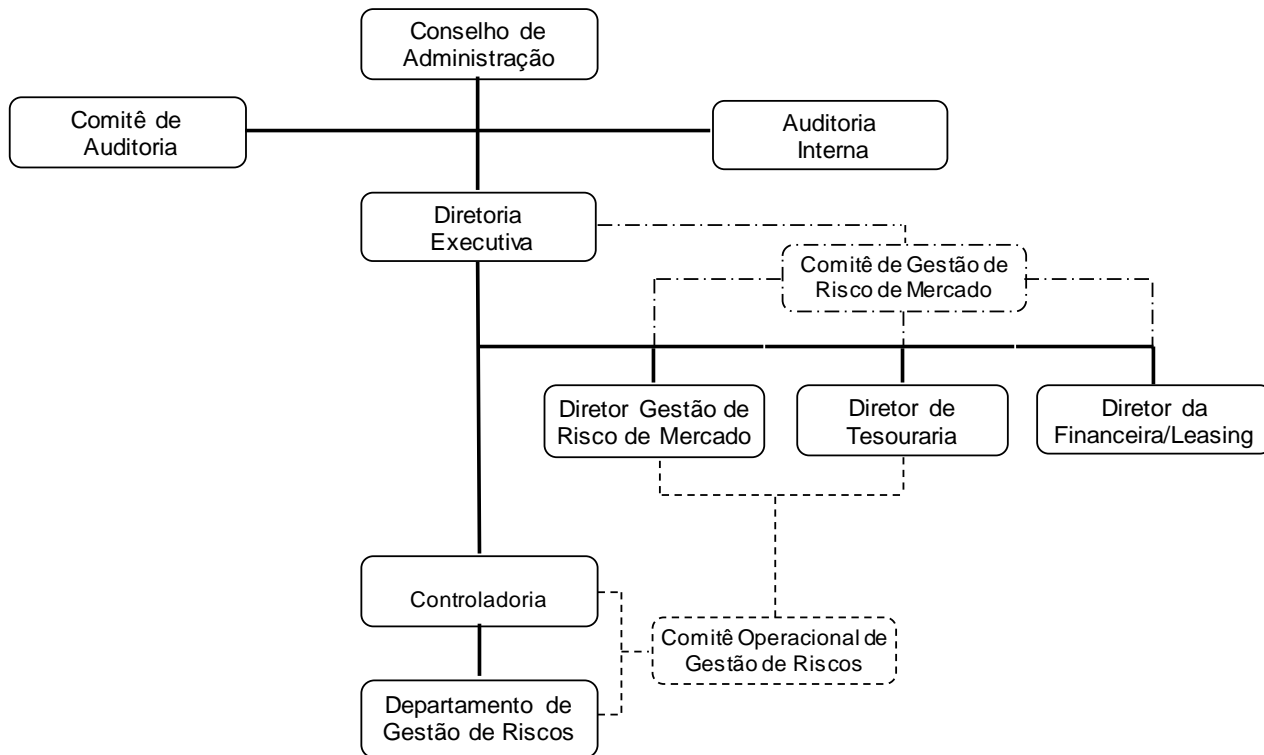
vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de risco de mercado objetiva a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado aos quais o Emissor e as demais empresas do Conglomerado Alfa estão sujeitos, e conseqüentemente adotar medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Além disso, deve reportar e documentar os eventos, testar os sistemas de controle, definir o contingenciamento das atividades e as estruturas de gerenciamento, além de divulgar os resultados para a Administração.

c) As Instituições Financeiras do Conglomerado dispõem de sistema eletrônico de monitoramento de controles internos, de forma que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável.

A estrutura de gestão de risco de mercado das coligadas financeiras está assim constituída:

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado



1. Conselho de Administração:

Revisar e aprovar, no mínimo anualmente, a Política de Gestão de Risco de Mercado e com base nos relatórios de controle, manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para a correção das deficiências apontadas.

2. Auditoria Interna:

Verificar o cumprimento e a documentação pertinente ao processo de gerenciamento de risco de mercado.

3. Diretoria Executiva:

Aprovar e tornar efetiva a Política de Gestão de Risco de mercado, revisando-a, no mínimo anualmente, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências de controles e de gerenciamento dos riscos de mercado recomendadas pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado.

4. Comitês de Risco de Mercado:

- **CGRM – Comitê de Gestão de Risco de Mercado:** Estabelecer a política global de riscos, definindo os limites institucionais de exposição máxima aos riscos de mercado e o nível mínimo de liquidez.
 - *Periodicidade:* Por convocação.
 - *Participantes:*
 - a. Presidência;
 - b. Diretoria de Crédito;
 - c. Diretoria de Tesouraria;
 - d. Diretoria Financeira / Leasing;
 - e. Diretor de Gerenciamento de Risco de Mercado; e
 - f. Departamento de Gestão de Riscos.
- **COGER – Comitê Operacional de Gestão de Riscos:** Supervisionar os processos operacionais de riscos, avaliando as posições consolidadas, o cumprimento dos limites de exposição, risco e estresse monitorados pelo Departamento

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

de Gestão de Riscos. Revisar os parâmetros adotados para cenário de normalidade e stress para a gestão dos Riscos de Liquidez.

- *Periodicidade: Bimestral.*
- *Participantes:*
 - a. Diretoria de Tesouraria;
 - b. Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
 - c. Diretor de Gerenciamento de Risco de Mercado;
 - d. Controladoria; e
 - e. Departamento de Gestão de Riscos.

5. Diretor de Gerenciamento de Riscos de Mercado:

Diretor responsável pela aplicação da Política de Gestão de Riscos de Mercado.

6. Controladoria:

- Supervisionar as atividades do Departamento de Gestão de Riscos. Elaborar e difundir sistematicamente os conceitos de risco de mercado no Conglomerado através de comunicação no portal de divulgação, assim como revisar as premissas dispostas na política de gestão de risco de mercado;
- Reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a identificação e ações para correção das deficiências de controles e gerenciamento de riscos de mercado.

7. Departamento de Gestão de Riscos:

- Propor a política institucional de gerenciamento de risco de mercado revisando-a sistematicamente;
- Identificar, avaliar e monitorar os riscos de mercado do Conglomerado e de cada instituição individualmente;
- Monitorar a observância da política de classificação de operações na carteira de negociação;
- Promover pesquisas, desenvolvimentos e implementação de metodologias, sistemas e modelos de gestão de riscos de mercado;
- Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas utilizados para gestão de riscos;
- Identificar previamente os riscos inerentes às novas atividades e produtos e análise de sua adequação aos procedimentos e controles adotados;
- Avaliar o impacto do risco de mercado para a alocação de capital regulatório;
- Propor revisões dos limites de riscos de mercado, objetivando a adequação ao escopo das operações do Conglomerado;
- No caso de extrapolações dos limites pré-estabelecidos, comunicar o Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM) para que este defina qual a ação a ser tomada;
- Produzir relatórios tempestivos de acompanhamento de riscos de mercado e liquidez;
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema de risco de mercado;
- Analisar quaisquer ocorrências não previstas nesta política e adotar as medidas necessárias.

O Departamento de Gestão de Riscos deve monitorar e controlar a exposição de riscos de mercado e a observância dos limites operacionais de posições incluídas ou não na carteira de negociação, gerando relatórios tempestivos para documentação do processo. Para tanto o Departamento deve:

- Obter as curvas de mercado e cotações para marcação a mercado das carteiras de operações;
- Obter as carteiras de operações de Renda Fixa, Crédito (Atacado e Varejo), e Derivativos;
- Analisar as medidas de riscos: Exposição, VaR (Valor em Risco), Duration e Stress para monitoramento de limites;
- Gerar informações para áreas Internas e Externas; Externas – BACEN, Agências de Rating, Internas –Controladoria (DICON), Retaguarda (Back-Office) e Auditoria;
- Monitorar a classificação de ativos;
- Apurar o resultado contábil da carteira de Hedge da Financeira Alfa em conjunto com a Controladoria.

O Departamento de Gestão de Riscos deve monitorar a observância da política de classificação através da geração de relatórios tempestivos que possam fornecer os principais dados:

- Resumo dos instrumentos financeiros agrupados por classificação (sumarizado por categoria e volume);
- Principais dados dos instrumentos financeiros (tipo de papel, data de emissão, data de vencimento, número de registro no sistema, quantidade e volume);

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- Data da classificação e período de permanência na categoria;
- Transferências ocorridas por período de consulta (data de entrada/saída e dados da operação).

8. Monitoramento

Utilizar-se um sistema para gerenciamento dos riscos de mercado que contemple avaliação quantitativa dos riscos do Conglomerado. Este sistema deve compreender:

- Mapeamento dos fatores de riscos considerados críticos;
- Monitoramento dos limites institucionais de risco;
- Inclusão e/ou manutenção de produtos, resguardando suas características de negociação e respectivas implicações para mensuração dos riscos de mercado inerentes;
- Comunicação formal do monitoramento dos limites.

O sistema de monitoramento é submetido a testes de avaliação para validação de suas premissas de controles com periodicidade mínima anual.

9. Plano de Contingência

O Conglomerado Financeiro Alfa possui um Plano de Continuidade de Negócios estruturado para vários níveis de situações adversas e em constante evolução. Nesse contexto são realizados testes semestrais para reavaliar e aperfeiçoar o plano de contingência. A coordenação dos planos está sob a responsabilidade do Comitê Operacional de Segurança e Contingência.

5.3 - Descrição dos controles internos

- a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Por se tratar de uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Essas instituições dispõem de normas escritas sobre práticas relativas a Controles Internos, que descrevem pormenorizadamente sobre (a) a estruturação de controles internos, segregada em função de controles internos, estrutura organizacional, Comitê Diretivo e representantes setoriais de controles internos bem como sobre (b) as normas de monitoramento, segregadas em conceitos, premissas e pontos de monitoramento.

O Conglomerado dispõe de sistema de monitoramento eletrônico de controles internos, de forma a que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável. Aliado a isso, as Auditorias Interna e Externa também verificam o cumprimento dos controles internos do Conglomerado.

Na visão do Emissor, o grau de eficiência dos atuais sistemas de controles internos é plenamente satisfatório. Tal opinião é referendada no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa. Nesse relatório, o Auditor conclui o seguinte: *“Como resultado dos nossos procedimentos não identificamos deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados”*.

Entretanto, existem ações em andamento que sempre visam a aperfeiçoar e ampliar os atuais níveis de controles internos, de forma a assegurar que as informações constantes nas demonstrações financeiras do Conglomerado sejam totalmente confiáveis.

- b) Estruturas organizacionais envolvidas.

A Gerência Geral de Controles Internos das empresas que o Emissor possui participação é a área responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos. Essa Gerência está subordinada à Diretoria de Operações, cujas responsabilidades estão relacionadas a todas as atividades inerentes aos processos administrativos do Conglomerado. A Diretoria de Operações subordina-se diretamente à Diretoria Executiva, e esta ao Conselho de Administração.

- c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria de Operações das empresas que o Emissor possui participação. O Gerente Geral da Gerência Geral de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar ao Diretor de Operações a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Conforme acima mencionado, não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa qualquer menção quanto à deficiência significativa ou recomendação relativa a controles internos.

- e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Considerando não terem sido apontadas deficiências no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa os diretores concordaram com as conclusões do relatório

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Emissor é uma companhia exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, que por sua vez possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, políticas e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Conceitos básicos e linha de atuação;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Política de *Compliance*;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- ✓ Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta; e
- ✓ Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

O Manual de Instruções é atualizado a cada 6 meses. Os riscos e as políticas são reavaliados anualmente ou sempre que necessário.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos das Instituições Financeiras do Conglomerado Alfa são realizados pela Gerência Geral de Compliance, subordinada à Diretoria de Operações, e auditados pela Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i).

As políticas “Conceito Básico e Linha de Atuação” e o “Código de Ética e Conduta”, que integram o “Livro Azul”, distribuído aos funcionários e colaboradores sob protocolo, bem como divulgados na intranet no endereço eletrônico <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=KLKCNMQO&menuid=1436>, foram atualizados em maio/2017, aprovadas pela Presidência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta, aprovado formalmente pela presidência, abrange os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço e colaboradores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Foi aplicado aos funcionários e colaboradores os seguintes treinamentos na modalidade online:

- ✓ Anticorrupção;
- ✓ Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT); e
- ✓ Controles Internos.

Adicionalmente são aplicados cursos de reciclagem em (PLD/CFT) aos funcionários e colaboradores, na modalidade online, a cada 3 anos, bem como são realizados treinamentos presenciais sobre PLD/CFT aos Superintendentes, Gerentes Gerais, Comerciais e Operacionais das Diretorias Corporate, Private, Financeira e Leasing, e das áreas de câmbio e cadastro, com periodicidade anual.

5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta, no Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta e no Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta, cuja última atualização foi em maio/2017, foi aprovado pela Presidência, está divulgado na intranet, no endereço eletrônico: <http://portalalfa.alfa.corp/arquivos/Geral/Conglomerado/Cod de Etica e Cond/18052017.pdf>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de funcionários e de terceiros.

O canal de denúncias está divulgado na intranet para os funcionários e colaboradores, no endereço: <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=FRKCNMQN&menuid=1187>, e para o público em geral, na rede mundial de computadores, no endereço: <https://bancoalfa.com.br>.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Sim. Juntamente com o canal de denúncia é divulgado o regulamento, que contém os seguintes dizeres: Este canal destina-se à comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades do Conglomerado Financeiro Alfa. Não é necessária a identificação do interlocutor, relator do indício de ilicitude. É importante que o relato contenha riqueza de detalhes e maior quantidade de informações possíveis, para a apuração dos fatos e eventual responsabilização dos envolvidos. É assegurada a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a isenção no tratamento do reporte.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Ouvidoria e Auditoria Interna.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados são os constantes nas políticas mencionadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável (O Conglomerado Alfa possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública).

5.5 - Alterações significativas

Não houve no último exercício social alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto por meio de suas participações no Conglomerado Financeiro Alfa, ou na política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Financeiro Alfa.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/12/1959
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

O emissor, originou-se com o nome de Participação e Administração S.A. PASA, fundada em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte – MG, e desde o início de suas atividades objetiva manter participações em outras empresas.

Através da Assembleia Geral extraordinária realizada em 11.08.1969, foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo-SP, e a modificação da denominação para Real S.A. Participações e Administração. A A.G.E de 08.04.1999, alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A.

Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding”, com participações direcionadas, principalmente aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.) e tecnologia e serviços (Metro Tecnologia Informática Ltda.).

O emissor não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do emissor.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O emissor: Tem como objetivo principal participar como sócia de outras sociedades na qualidade de cotista, acionista ou outra forma legalmente admissível. Nos termos de seu estatuto o emissor pode também: (i) prestar todos e quaisquer serviços de engenharia permitidos pelas leis e regulamento aplicáveis à espécie, (ii) atuar como representante, administradora ou procuradora de pessoas físicas e jurídicas, civis e comerciais, nacionais e estrangeiras. (iii) atuar como corretora ou incorporadora de imóveis por conta própria ou de terceiros, (iv) prestar assistência técnica e prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive serviços especializados sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos profissionais de economia (Lei nº 1.411/51. Decreto nº 31.794/52 e Resolução nº 67/57, do Conselho Federal de Economistas Profissionais), fianças e administração (Lei nº 4.769/65 e Decreto nº 61.934/67), tais como: pesquisas de mercado, levantamentos estatísticos, análises econômico-financeiras, organizações, planejamento, controles, relatórios, pareceres, planos, implantações, projetos e estudos, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos, a quaisquer empresas comerciais, industriais e agrícolas.

O Emissor não possui Controladas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

O Emissor não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Nas demonstrações financeiras do exercício sociais de 2017, 2016 e 2015, o emissor divulgou seu resultado de forma individual, conforme CPC 19 (R2), 36 (R3) e 45 aprovados pela CVM em 2012.

Sua atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding”, com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.) e serviços (Metro Tecnologia Informática Ltda).

A receita do Emissor é substancialmente proveniente de resultado de equivalência patrimonial, conforme demonstra o quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (Valores expressos em milhares de reais)	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Receita de juros	152	341	708
Margem financeira	152	341	708
Receitas de serviços e comissões	308	239	189
Despesas de serviços e comissões	(15)	(12)	(9)
Resultado líquido de serviços e comissões	293	227	180
Resultado de participações em coligadas	46.718	53.176	53.417
Outras receitas Operacionais	209	260	446
Resultado operacional	47.372	54.004	54.751
Despesas de pessoal	(2.773)	(2.554)	(2.389)
Despesas gerais administrativas	(3.978)	(715)	(777)
Resultados antes dos impostos	40.621	50.735	51.585
Imposto sobre a renda corrente	2.915	48	(48)
Resultado líquido do exercício	43.536	50.783	51.537

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O Emissor é uma Holding cuja atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, as quais encontram-se organizadas de acordo com as seguintes linhas de negócios:

1) Atacado

O segmento “atacado” é composto das atividades realizadas pelas entidades legais: Banco Alfa de Investimento S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e BRI Participações Ltda.

A área de atacado possui alguns produtos e serviços que são comuns ao seu segmento de atuação. No entanto, se necessário, determinados produtos ou serviços são estruturados de forma a atender a demandas específicas de clientes.

Os produtos e serviços são distribuídos através das suas diretorias, mesas de operações e filiais instaladas nos maiores centros urbanos do país.

Esta linha de negócios encontra-se entre as primeiras quando comparada à dos bancos de médio porte que atuam no mesmo mercado.

A competição no mercado de atuação vem aumentando gradativamente, principalmente após a crise financeira mundial vivida a partir de 2008. Entretanto a baixa alavancagem desta linha de negócios, associada ao seu bom rating, lhe permite captar recursos a taxas ligeiramente menores do que as de alguns concorrentes. Aliado a isso, o nome Alfa tornou-se ao longo dos anos sinônimo de segurança e solidez junto à comunidade financeira nacional. Esses são fatores importantes que investidores e tomadores de recursos levam em conta para a manutenção do seu relacionamento comercial, ou quando pretendem iniciar um relacionamento comercial com uma instituição financeira.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

2) Varejo:

O segmento “varejo” é composto das atividades realizadas pela entidade legal: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I e Banco Alfa S.A.

O setor bancário brasileiro caracteriza-se pela predominância e concentração em grandes grupos financeiros organizados sob forma de bancos múltiplos, atendendo, sob uma única bandeira, as operações de investimento, crédito imobiliário, financiamento ao consumidor, financiamento a empresas etc., atuando em todo território nacional. Neste setor é muito forte a presença de grupos nacionais, tanto da iniciativa privada como do setor público, e recentemente já se sente uma importante presença do capital internacional. Estes grandes conglomerados financeiros caracterizam-se por extensas redes de agências. De outro lado, há uma boa gama de bancos menores que trabalham em nichos especializados funcionando como segundo ou terceiro banco dos clientes.

Em passado recente, os ganhos do setor foram baseados em floating, proporcionados pelas elevadas taxas de inflação, e no financiamento da dívida pública. Atualmente, com a estabilidade econômica e com taxas de inflação em patamares estáveis e controlados, o setor passou por rápidas transformações, intensificando-se o processo de automação bancária. Houve grandes investimentos em telecomunicações, sistemas on line, auto atendimento e home banking.

Os ganhos passaram a se originar da prestação de serviços (tarifas, gestão de carteiras, operações de fusões e aquisições, abertura de capital, etc.), da concessão de créditos, que subiu significativamente, e das operações de tesouraria.

O leasing caracteriza-se em uma operação na qual uma empresa, proprietária de um bem, cede este bem em locação a outrem por um prazo determinado, recebendo em troca um pagamento. Ao final deste contrato, o arrendatário pode devolver o bem, renovar o contrato ou optar pela compra do bem, mediante o pagamento de um valor residual previsto no contrato.

Desta forma, o leasing assemelha-se a uma locação, mas que se caracteriza fundamentalmente por oferecer ao arrendatário, ao termo final do contrato, a triplíce opção acima exposta, conjuntamente com vantagens tributárias, usufruíveis ao longo do contrato, pelas quais o arrendatário pode contabilizar os custos do arrendamento mercantil como despesas operacionais. Em síntese, é um contrato que permite o financiamento a médio e longo prazo de bens móveis e imóveis, sem que o arrendatário tenha que se descapitalizar.

O leasing constitui-se como excelente instrumento para fomentar a atividade econômica, pois viabiliza a ampliação da capacidade produtiva bem como a renovação do parque tecnológico.

Os produtos e serviços são distribuídos através das suas diretorias, mesas de operações e filiais instaladas nos maiores centros urbanos do país.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

3) Serviços:

O segmento “serviços” é composto das atividades realizadas pela entidade legal Metro Tecnologia Informática Ltda.

A segmentação é baseada nas entidades legais que compõem o emissor e suas coligadas. Sua diretoria executiva revisa as informações, aloca recursos e avalia performance, conforme esta segmentação.

Compreende as áreas de assessoria e consultoria em desenvolvimento de sistemas, contábil e fiscal, processamento de dados, entre outras.

Esta área desenvolve serviços somente para as empresas do Conglomerado Financeiro Alfa, portanto não atua para outras empresas no mercado nacional, nem no mercado estrangeiro.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

O Emissor não tem clientes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

O emissor não depende de autorizações específicas, de órgãos governamentais, para o exercício de suas atividades.

O emissor é cadastrado na Comissão de Valores Mobiliário – CVM, desde 20.07.1977 (código CVM 995-4), como companhia aberta.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

O emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial, o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O emissor está ciente de que a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) cível; (ii) administrativa; e (iii) criminal; sendo certo que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes”, com aplicação de três tipos diversos de sanções.

Vale ressaltar que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Portanto, o emissor, preocupa-se em desenvolver sua atividade, respeitando as regras ambientais vigentes, uma vez que o seu descumprimento pode acarretar, inclusive, na responsabilidade penal dos seus diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários, se estes vierem a concorrer para a prática de crimes ambientais atribuídos ao emissor. Ademais, a legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, ou seja, atingir bens dos sócios e administradores quando se verificar a existência de infração ao estatuto social ou fraude na administração da empresa com o objetivo de impor obstáculos ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Não obstante a preocupação do emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ele exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultado da atividade exercida pelo emissor. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor no que concerne à dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties, tendo em vista seu objeto social.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

O emissor não obteve receitas provenientes do exterior nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O emissor não tem atividades em países estrangeiros, não estando sujeito à regulação estrangeira.

7.8 - Políticas socioambientais

- a. O Emissor integra o Conglomerado Alfa que não divulga informações sociais e ambientais, no entanto desenvolve e incentiva práticas socioambientais.

Na área cultural, o Conglomerado apoia e incentiva projetos voltados à dança, música e teatro infantil através do direcionamento de recursos da Lei Rouanet. O Conglomerado também apoia projetos sociais amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Idoso, no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Na área esportiva, o Conglomerado patrocina a preparação de jovens em categorias de base do futebol.

Na área educacional, o Conglomerado também investe continuamente na capacitação e no treinamento de seus colaboradores através de subsídio de bolsas de estudo para programas de pós-graduação, MBA e outros cursos de curta duração. O Conglomerado também participa do Programa Jovem Aprendiz e de programas de inserção social mediante a contratação de pessoas com necessidades especiais.

Com relação ao impacto de suas próprias atividades, o Conglomerado readequou o seu consumo de água, mediante a colocação de dispositivos de parada automática de vazão nas torneiras, e de energia elétrica, com sensores de presença em ambientes cuja demanda por iluminação não é necessariamente constante.

O Conglomerado incentiva ainda o seu quadro de colaboradores a reutilizar os papéis de impressão antes do descarte e contrata empresa certificada para a retirada de papel descartado, para fins de reciclagem.

Na área da saúde, o Conglomerado estimula seus colaboradores a participarem de ginástica laboral, promove campanhas de vacinação e realiza palestras e cursos que envolvem ações de saúde e vida social. Também presta assistência a colaboradores mais necessitados e a seus familiares, por meio de doações e auxílio fornecidos pela Fundação Clemente Faria.

- b. O Conglomerado Alfa adota metodologia própria na elaboração dessas informações.
- c. Não há revisão ou auditoria por entidade independente em relação a essas informações.
- d. Quando da avaliação das linhas de crédito ou contratação de fornecedores, o Conglomerado Alfa considera a conformidade da atuação desses clientes e fornecedores em relação às práticas socioambientais. A descrição dessas diretrizes está disponível no seguinte endereço:
<http://www.alfanet.com.br/sobreoalfa/home/politicasinstitucionais.ashx>

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve nos anos de 2017, 2016 e 2015 a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve nos anos de 2017, 2016 e 2015 alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve nos anos de 2017, 2016 e 2015 contratos relevantes celebrados pelo emissor com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

O Emissor não possui controladas.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações relevantes relativas a este item com base nos anos de 2017, 2016 e 2015.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

O emissor não possui outros bens relevantes no ativo não circulante.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
O emissor não possui ativos imobilizados relevantes	Brasil	SP	São Paulo	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Marcas	Registro marca processo 821500317, na classe 36, serviços auxiliares das atividades financeira.	03/11/2025	Não renovação.	Registro da marca por um concorrente.
Licenças	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Concessões	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Franquias	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Contrato de transferência de tecnologia	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Nome de domínio na internet	O emissor não possui.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	138-4	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Financeira	17,700000
				Valor mercado	31/12/2017	88.638.951,94		
31/12/2017	1,898355	12,599872	1.012.495,78	Valor contábil	31/12/2017	250.756.140,90		
31/12/2016	7,679819	-18,566731	1.523.398,80					
31/12/2015	6,166613	11,635717	1.487.384,20					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Banco Alfa de Investimento S.A. desempenha papel fundamental nas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa , motivo pelo qual mantivemos participação nesta companhia.								
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de bens próprios - holdings	42,830000
				Valor mercado				
31/12/2017	-0,108433	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	414.302.120,20		
31/12/2016	25,354047	0,000000	0,00					
31/12/2015	4,281873	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Corumbal Participações e Administração Ltda. é uma holding controladora da Alfa Previdência e Vida S.A., Alfa Seguradora S.A. e Banco Alfa S.A., que possuem atividades e operações importantes para o Conglomerado Financeiro Alfa, motivo pelo qual mantivemos participação nesta companhia.								
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13	389-1	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Financeira	16,890000
				Valor mercado	31/12/2017	56.541.079,60		
31/12/2017	4,763345	-11,897037	501.813,97	Valor contábil	31/12/2017	143.448.653,64		
31/12/2016	3,771623	39,743799	3.389,31					
31/12/2015	5,926290	-12,859811	3.247,07					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Financeira Alfa desempenha papel fundamental nas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa, motivo pelo qual mantivemos participação nesta companhia.								
Metro Dados Ltda.	62.579.057/0001-44	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços em processamento de dados	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	42.029.755,12		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

31/12/2016	-13,683939	0,000000	0,00					
------------	------------	----------	------	--	--	--	--	--

31/12/2015	43,128311	0,000000	0,00					
------------	-----------	----------	------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Metro Dados Ltda presta serviços importantes na área de processamento de dados para todo o Conglomerado Financeiro Alfa, motivo pelo qual mantivemos participação nesta companhia.

Metro Tecnologia Informatica Ltda.	46.568.226/0001-94	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços em análise e programação	49,360000
------------------------------------	--------------------	---	----------	--------	----	-----------	--	-----------

Valor mercado

31/12/2017	124,791870	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2017	92.123.054,70			
------------	------------	----------	------	---------------------------	---------------	--	--	--

31/12/2016	-60,835624	0,000000	0,00					
------------	------------	----------	------	--	--	--	--	--

31/12/2015	23,914507	0,000000	0,00					
------------	-----------	----------	------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Metro Tecnologia Informática Ltda presta serviços importantes na área de tecnologia para todo o Conglomerado Financeiro Alfa, motivo pelo qual mantivemos participação nesta companhia.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Por tratar-se de empresa exclusivamente detentora de participações societárias (holding), suas condições financeiras e patrimoniais refletem basicamente o desempenho de suas coligadas, que atuam em diversos ramos de atividade, principalmente no segmento financeiro.

O grupo de investimentos que contempla as participações societárias mantidas pela Sociedade em coligadas representa seu principal ativo. Em 31.12.2017, este item apresentou saldo de R\$900.671 mil (R\$880.815 mil em 2016). Em comparação ao saldo de 31.12.2016, houve um crescimento de 2,25%.

Os outros ativos compreendem principalmente aplicações financeiras, impostos a recuperar e juros sobre capital próprio a receber.

As fontes de recursos da Sociedade são provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras e do recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos pelas empresas de que participa como acionista ou cotista.

As obrigações trabalhistas, os dividendos estatutários e os juros sobre capital próprio a pagar representam os principais compromissos financeiros da Sociedade.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Sociedade era de R\$336.206 mil e estava representado por 84.682.269 ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.011.632 ações ordinárias; 14.313.881 ações preferenciais classe "A" e 24.356.756 ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Sociedade era de R\$ 316.845 mil e estava representado por 84.682.269 ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.011.632 ações ordinárias; 14.313.881 ações preferenciais classe "A" e 24.356.756 ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Sociedade era de R\$ 297.196 mil e estava representado por 84.682.269 ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.011.632 ações ordinárias; 14.313.881 ações preferenciais classe "A" e 24.356.756 ações preferenciais classe "B".

Estrutura de Capital da Sociedade: Próprio e de Terceiros

	R\$ mil					
	31.12.2017	% em relação ao capital total	31.12.2016	% em relação ao capital total	31.12.2015	% em relação ao capital total
Patrimônio Líquido	918.365	99,25%	882.902	99,28%	851.427	99,29%
Capital de Terceiros	6.984	0,75%	6.408	0,72%	6.072	0,71%
Capital Total	925.349	100,00%	889.310	100,00%	857.499	100,00%

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Sociedade, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Sociedade não contrai empréstimos ou financiamentos, cabendo-lhe administrar seu caixa com recursos próprios. Tais recursos são suficientes para suprir suas necessidades decorrentes de seus compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Sociedade não utilizou financiamentos de terceiros para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, sendo a fonte usada exclusivamente de capital próprio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Sociedade não pretende utilizar financiamentos de terceiros para cobertura de deficiências de liquidez, seja para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes, usando para tanto exclusivamente capital próprio.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Sociedade não possui contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, ou outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A Sociedade não utiliza financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não há alterações significativas nas demonstrações financeiras individuais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i - Descrição de componentes importantes da receita

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante da Sociedade é proveniente de equivalência patrimonial.

2017

A Sociedade apurou lucro líquido de R\$43.536 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 4,93% e um retorno sobre o ativo inicial de 4,90%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

As empresas com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2017 foram a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$19.729 mil), a Metro Tecnologia Informática Ltda. (R\$7.923 mil), a Financeira Alfa S.A. - C.F.I. (R\$7.060), o Banco Alfa de Investimento S.A. (R\$6.244 mil), e a Metro Dados Ltda. (R\$5.762 mil), perfazendo um total de 98,90% da receita bruta operacional.

2016

A Sociedade apurou lucro líquido de R\$ 50.783 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 5,96% e um retorno sobre o ativo inicial de 5,92%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

As empresas com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2016 foram a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$ 21.522 mil), o Banco Alfa de Investimento S.A. (R\$ 13.842 mil), a Metro Tecnologia Informática Ltda. (R\$ 9.808 mil), a Financeira Alfa S.A. - C.F.I. (R\$ 5.234), e a Metro Dados Ltda. (R\$ 2.770 mil), perfazendo um total de 98,44% da receita bruta operacional.

2015

A Sociedade apurou lucro líquido de R\$ 51.537 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 6,63% e um retorno sobre o ativo inicial de 6,58%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

As empresas com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2015 foram a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$ 24.652 mil), o Banco Alfa de Investimento S.A. (R\$ 15.946 mil), a Financeira Alfa S.A. - C.F.I. (R\$ 8.708), a Metro Tecnologia Informática Ltda. (R\$ 3.961 mil), e a Metro Dados Ltda. (R\$ 150 mil), perfazendo um total de 97,55% da receita bruta operacional.

ii - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2017

Em 2017, os fatores que afetaram materialmente o resultado da Sociedade foram provenientes de suas coligadas Banco Alfa de Investimento S.A., Corumbal Participações e Administração Ltda. e Metro Tecnologia Ltda. que apresentaram, respectivamente, um resultado menor em 60%, 10% e 19%. Por outro lado, as coligadas Financeira Alfa S.A. – C.F.I. e Metro Dados Ltda., apresentaram, respectivamente, um resultado maior em 36% e 108%.

Na coligada Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas, a principal variação está relacionada à adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão fizeram com que o resultado operacional dessa investida ficasse menor.

Na coligada Corumbal Participações e Administração Ltda., a redução do resultado decorre substancialmente do decréscimo do resultado de equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

Na coligada Metro Tecnologia Ltda., a principal causa da redução em seu resultado refere-se a menor receita gerada com aplicações financeiras, devido à sua cisão parcial com versão de parcela de seu patrimônio - composta por aplicações financeiras - para a Corumbal Participações e Administração Ltda., no valor contábil de R\$ 128.252, conforme informado no item abaixo 10.3 c) iii).

Na coligada Financeira Alfa S.A. C.F.I. seu resultado operacional aumentou, tendo destaque a receita com comissões, que apresentou um aumento de R\$7 milhões em 2016 para R\$13 milhões em 2017. Por outro lado, o aumento nas despesas operacionais é decorrente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao

10.2 - Resultado operacional e financeiro

referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão aumentaram o volume das despesas operacionais em 2017.

Na coligada Metro Dados Ltda. seu resultado melhorou principalmente devido à reversão de parte de suas provisões trabalhistas, que deixaram de ser necessárias após revisão das ações em curso pelo Departamento Jurídico.

2016

Em 2016, os fatores que afetaram materialmente o resultado da Sociedade foram provenientes de suas coligadas. A Financeira Alfa S.A. C.F.I e a Corumbal Participações e Administração Ltda., apresentaram, respectivamente, um resultado menor em 14,56% e 12,96%. Por outro lado, as coligadas Banco Alfa de Investimento, Metro Tecnologia Informática Ltda. e Metro Dados Ltda., apresentaram, respectivamente, um resultado maior em 7,95%, 148% e 17,50%.

As principais variações da coligada Financeira Alfa S.A. C.F.I. estão relacionadas: i) aumento na margem financeira, líquida do resultado com instrumentos financeiros em R\$15 mil (5,4%); ii) aumento na provisão com crédito de liquidação duvidosa em R\$9 mil (54,3%); e, iii) aumento na linha de outras despesas administrativas, basicamente por contingência trabalhistas e cíveis em R\$12 mil (57,7%).

Para a coligada Corumbal Participações e Administração Ltda., a redução decorre substancialmente do decréscimo do resultado de equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

Para a coligada Banco Alfa de Investimento S.A., o aumento é basicamente decorrente do aumento na margem financeira, líquida do resultado com instrumentos financeiros em R\$17 mil (19,1%).

As coligadas Metro Tecnologia Informática Ltda. e Metro Dados Ltda., apresentaram aumento no resultado em 2016 quando comparado com 2015, decorrente substancialmente do recebimento de dividendos de investida no exterior.

2015

Em 2015, o fator que afetou materialmente o resultado da Sociedade foi proveniente de suas coligadas Financeira Alfa S.A. C.F.I. e Banco Alfa de Investimento S.A., as quais apresentaram resultado maior, respectivamente, em 78,4% e 32,9% em relação a 2014.

Para a coligada Financeira Alfa S.A. C.F.I., a variação decorre basicamente do melhor desempenho do resultado das intermediações financeiras, além de redução de suas despesas operacionais, como consequência do plano de austeridade empenhado pela Administração.

Para a coligada Banco Alfa de Investimento S.A., a variação decorre basicamente do aumento do seu resultado das intermediações financeiras e receita de serviços, além de redução de suas despesas operacionais, como consequência do plano de austeridade empenhado pela Administração.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante da Sociedade é proveniente de equivalência patrimonial, que é o reflexo do resultado de suas investidas, não apresentando assim variações significativas em outras contas de resultado.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante da Sociedade é proveniente de equivalência patrimonial, que é o reflexo do resultado de suas investidas, não apresentando assim variações significativas em outras contas de resultado.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Sociedade não introduziu nem alienou segmento operacional nos anos de 2017, 2016 e 2015.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os principais fatos que causaram efeitos dignos de nota nas demonstrações financeiras da Sociedade foram:

- i. Aumentos em participações da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. em suas investidas, mediante aquisições de ações de terceiros, conforme demonstrados abaixo:

Investidas	% adquirido em		
	2015	2016	2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	0,107	0,431	-
Financeira Alfa S.A. – CFI	-	-	-

Esses aumentos percentuais representaram:

- a. acréscimos de ajuste na equivalência patrimonial da Corumbal Participações e Administração Ltda. nos valores de:

Investidas	R\$ mil		
	2015	2016	2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	1.397	6.024	-
Financeira Alfa S.A. – CFI	-	-	-

- b. reflexos positivos nos resultados da Sociedade nos valores de:

R\$ mil

Investidas	R\$ mil		
	2015	2016	2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	585	2.580	-
Financeira Alfa S.A. – CFI	-	-	-
Total	585	2.580	-

c) Eventos ou operações não usuais

- i. Em 29 de dezembro de 2017 a coligada Metro Tecnologia Informática Ltda. (Metro Tecnologia) incorporou a coligada Metro Dados Ltda. (Metro Dados), que foi extinta, a fim de simplificar suas estruturas e diminuir custos, com fusão de áreas e atividades redundantes e redução de procedimentos de natureza contábil e administrativa. Nessa operação, a Metro Tecnologia absorveu integralmente o patrimônio da Metro Dados, no valor de R\$ 91.974, conforme avaliação realizada por empresa especializada.
- ii. Em 7 de março de 2017, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$55.000. A redução se efetivou em 06 de novembro de 2017, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$23.554, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.
- iii. Em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de simplificar suas estruturas, com fusão de áreas e atividades redundantes e redução de procedimentos de natureza contábil e administrativa, as coligadas Metro Tecnologia Informática Ltda. (Metro Tecnologia) e Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal) iniciaram uma reestruturação, que será efetuada em etapas. O passo preliminar dessa reestruturação foi a cisão parcial da Metro Tecnologia, seguida de versão de parcela de seu patrimônio, composta por aplicações financeiras, para a Corumbal, no valor contábil de R\$ 128.252, conforme avaliação realizada por empresa especializada.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

- iv. Em 09 de agosto de 2016, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$8.000. A redução se efetivou em 11 de novembro de 2016, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$3.350, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.

- v. Em 12 de fevereiro de 2015, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$ 27.000 mil. A redução se efetivou em 10 de junho de 2015, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 11.308 mil, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2017, 2016 e 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes foi emitido sem qualquer ressalva para os anos de 2017, 2016 e 2015.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Sociedade, sendo detentora de participações societárias (holding), não possui políticas contábeis críticas que exijam julgamentos subjetivos ou complexos.

Apresentamos abaixo os principais itens que compõem nossas Demonstrações Financeiras e a forma de apuração dos valores.

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são incluídas no resultado do período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O resultado de equivalência patrimonial é apurado pelo percentual de participação que a Sociedade detém sobre suas coligadas, e é determinado a partir do resultado entregue por estas.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras que são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

As provisões são calculadas rigorosamente de acordo com a legislação pertinente a cada tributo: Imposto de Renda - 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, Contribuição Social – 9%, sobre o lucro tributável, PIS - 1,65% sobre a receita bruta e COFINS – 7,65% sobre a receita bruta.

A Sociedade deixou de constituir Créditos Tributários de Imposto de Renda no valor de R\$2.949 (em 2016 R\$3.375 mil; em 2015 R\$2.182) e de Contribuição Social no valor de R\$876 (em 2016 R\$1.976 mil; em 2015 R\$1.915).

Investimentos

As participações em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e constam individualizadas nas Demonstrações Financeiras da Sociedade. Outros investimentos são compostos basicamente por incentivos fiscais registrados pelo valor de custo.

Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, pelas seguintes taxas anuais: veículos, sistema de comunicação e processamento de dados: 20%; e demais itens: 10%.

Ativo intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações.

Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos incorridos (em base “pro rata” dia).

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor referente ao ano de 2017.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor.

10.8 - Plano de Negócios

O Emissor não possui plano de negócios tento em vista que, por se tratar de holding, seu resultado depende do desempenho de suas investidas.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante para o Emissor.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

O Emissor não divulgou projeções e premissas para os exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Conforme tópico 11.1 o emissor não divulga projeções, portanto nada tem a informar neste tópico.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Estrutura Administrativa

São órgãos de Administração do emissor:

- a) o Conselho de Administração;
- b) a Diretoria.

a) Atribuições de cada órgão

i) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto de 3 (três) membros, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, a qualquer tempo. Um dos membros será designado, no mesmo conclave, como Presidente desse órgão; e quando for o caso, em tais eleições será obedecido o disposto nos parágrafos 4º a 8º do artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações, com as alterações e acréscimos introduzidos pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001.

Cabe ao Presidente do Conselho de Administração:

- Representar o Conselho de Administração perante terceiros;
- Convocar as Assembleias Gerais;
- Instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- Sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria
- Fornecer ao Conselho de Administração os elementos, dados e informações úteis à prática dos atos de sua competência, inclusive aqueles sob a gestão da Diretoria.

O Presidente do Conselho de Administração tem a faculdade de designar um dos membros deste órgão para representar o Conselho de Administração perante terceiros, bem como para convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais.

ii) Comitê de auditoria:

O emissor não possui comitê de auditoria.

iii) O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria.

b) Diretoria

O Emissor é administrado por uma Diretoria constituída de 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o de qualquer outro Diretor, nos casos de ausências ou impedimento, eventual ou temporário. Não o fazendo caberá à Diretoria tal designação.

- no caso de não designação do Diretor substituto, ou em caso de vacância de cargo de Diretoria, caberá ao Conselho de Administração definir a substituição;
- considerar-se-á também vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;
- as substituições previstas acima ocorrerão em estrita consonância com o instrumento que as formalizar o qual poderá prever a acumulação do direito de voto inclusive o de qualidade, quando houver empate nas deliberações da diretoria, e que fixará os honorários e demais vantagens do substituto.

Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Diretor Presidente:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses;;
- instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, se ausente o Presidente do Conselho de Administração e se não houver a designação;
- presidir as reuniões da Diretoria, cabendo a ele o voto de qualidade quando houver empate nas deliberações;
- dirigir e coordenar todos os negócios e operações da sociedade realizados tanto pela Diretoria quanto pelas áreas comerciais, operacionais e administrativas;
- atribuir atividade ou função específica a qualquer dos membros da Diretoria;
- estabelecer as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos.

Diretores:

- dirigir a Sociedade de forma diligente, em consonância com a legislação aplicável e o presente estatuto;
- estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração;
- elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações contábeis/ financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento;
- transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos, no âmbito do art. 851 do Código Civil, em atividades correntes da sociedade;
- cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;
- observar as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral;
- acompanhar a situação e o desempenho dos investimentos, os dividendos recebidos e pagos e manter o relacionamento com os seus acionistas e das empresas investidas;
- acompanhar a observância das empresas investidas às regras estabelecidas pelas autoridades competentes, especialmente pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

c) **Data de Instalação do Conselho Fiscal**

Assembleia Geral Ordinária de 19.04.2018

d) Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente a mecanismos de avaliação de desempenho de seus órgãos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

No mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia.

b. competências

Presidente do Conselho de Administração, ou nos casos legais.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Alameda Santos, 466 – 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP 01418-000

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

Ainda que observado o disposto acima, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros. Caso contrário o negócio é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

Adicionalmente, o emissor preparou e impõe a seus funcionários, administradores e demais colaboradores a observância de um Código de Ética e Conduta, pelo qual são terminantemente vedados o uso de informação privilegiada, o favorecimento pessoal, a promoção ou efetivação de negócios do emissor com pessoa ou empresa de que seja sócio, ou que tenha em seu corpo diretivo parentes de até 3º grau, assim como a contratação de prestadores de serviços ou fornecedores com características similares e o recebimento de remuneração ou benefício de qualquer natureza, eventual ou não, de terceiros que transacionem com as instituições de seu Conglomerado.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Nos termos do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e, quando o acionista se fizer representar por mandatário, é necessário o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida, e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.

O emissor não admite procurações eletrônicas outorgadas por meio de sistema na rede mundial de computadores, nos termos do Artigo 29 da Instrução CVM nº 481/2009.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:

O Boletim de Voto: o boletim, disponível no site da Sociedade (www.alfanet.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), deverá ser devidamente impresso e preenchido, atendendo as seguintes formalidades:

- (a) Todas as folhas devem ser rubricadas;
- (b) A assinatura deverá constar do campo apropriado, sendo necessário reconhecimento de firma;
- (c) Os documentos constantes da tabela abaixo, conforme apropriado, deverão acompanhar o Boletim; e
- (d) O Boletim preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida, bem como os documentos constantes da tabela abaixo, deverão ser entregues pelo acionista pessoalmente, das 09h00min. às 18h00min. (horário de Brasília), ou enviados via correio, em ambos os casos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia na sede da Sociedade.

Documentos a serem apresentados à Sociedade, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal* (cópia autenticada)	X	X	X
Contrato ou Estatuto Social consolidado e atualizado** (cópia autenticada)	-	X	X

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Documento que comprove os poderes de representação** (cópia autenticada)	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo (cópia autenticada)	-	-	X

* Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

**Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto do fundo.

Não há necessidade de notariação e consularização dos documentos.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:

A Sociedade não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

- a) Os acionistas que representem os percentuais mínimos de participação societária estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481/09 poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância, respectivamente, de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal; e/ ou (ii) deliberações a serem submetidas para as assembleias gerais ordinárias da Sociedade (conjuntamente (i) e (ii) "Propostas"), observados o artigo 21.
- b) As Propostas devem ser enviadas, via correio, observados os prazos previstos no artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, para:

- Marco Aurélio Neto Arnes
- Diretor de Relações com Investidores
- Alameda Santos, n° 466, 10 andar.
- Cerqueira Cesar - São Paulo (SP)
- CEP 01418 000

- c) Nos termos do item "a" acima, os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal deverão apresentar os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento Anexo II à Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.122/12 e na Instrução CVM 367/02.
- d) A Companhia informará o acionista, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação de inclusão de Proposta, mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico do acionista indicado na Proposta enviada (artigo 21-N da Instrução CVM 481/09):

I – se a inclusão cumpre o disposto no artigo 21-N da Instrução CVM 481/09 e se a proposta ou os candidatos constarão do boletim de voto a distância a ser divulgado pela Sociedade; ou

II – os motivos pelos quais sua solicitação não cumpre o disposto na legislação, indicando os documentos faltantes e/ou as alterações necessárias à sua retificação.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Sociedade não disponibiliza fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a) No exercício de 2017 ocorreram 4 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária, totalizando 5 reuniões.
- b) Não existem acordos de acionistas, e nem qualquer outro acordo que estabeleça restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.
- c) As regras de identificação e administração de conflitos de interesses são definidas no Código de Ética e Conduta, cuja aplicação é verificada pela Auditoria Interna.
- d) O Emissor não possui uma política formalmente aprovada de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto do emissor para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
MARCO AURELIO NETO ARNES	18/03/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	4
129.145.968-55	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/04/2018	Não	0.00%
Rubens Garcia Nunes	03/10/1923	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	22
001.140.066-87	Banqueiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/04/2018	Não	0.00%
Não exerce					
Waldyr de Campos Andrade	29/04/1931	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	13
000.394.706-87	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/04/2017	Sim	100.00%
Não exerce					
Fernando Pinto de Moura	07/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2020.	11
039.593.927-53	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/04/2017	Não	0.00%
Não exerce					
Humberto Mourão de Carvalho	15/06/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2020.	11
000.233.616-20	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce					
José Aloysio Borges	28/05/1930	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2020.	14
006.810.598-34	Banqueiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/04/2017	Sim	0.00%
Não exerce					
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2020.	4
272.014.578-53	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/04/2017	Não	100.00%
Não exerce					
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	25/12/1943	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2019.	5

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
128.798.437-15	Engenheiro	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	20/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce					
Rubens Barletta	10/08/1946	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2019.	17
397.909.328-04	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce					
Eurico Ferreira Rangel	29/07/1940	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2019.	9
007.083.219-68	Consultor	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	100.00%
Não exerce					
Cacildo Iroldino da Rocha	24/09/1946	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2019.	5
070.191.498-04	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	0.00%
Não exerce					
Waldyr Gonçalves Bastos	06/08/1933	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2019.	9
011.169.407-87	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2018	Sim	0.00%
Não exerce					
Luiz Henrique Coelho da Rocha	06/09/1936	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na A.G.O de 2018.	9
003.233.657-87	Engenheiro Civil	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	20/04/2018	Não	0.00%
Não exerce					
Antonio Celso Amaral Sales	07/02/1952	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO 2019.	1
694.546.558-68	Advogado	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	20/04/2018	Não	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

MARCO AURELIO NETO ARNES - 129.145.968-55

Iniciou sua carreira em julho de 1989 no Banco Real S.A.. até setembro de 1996 como Gerente Administrativo. De setembro de 1996 até abril de 2000 atuou como Gerente Administrativo na Cia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários; De maio de 2000 até março de 2007 atuou como Gerente Operacional da Financeira Alfa S.A. - CFI, e atuou também como responsável pela área de cessão de créditos, bem como pela Gerência operacional de Câmbio. No período de abril de 2007 até fevereiro de 2011 atuou como Gerente Geral Operacional. A partir de março de 2011 ocupou o cargo de Gerente Geral Regional na Filial Florianópolis - SC. Em 02 de abril de 2012 tomou posse como Diretor do Consórcio Alfa de Administração S.A. e foi designado como Diretor de Relações com Investidores. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Rubens Garcia Nunes - 001.140.066-87

Na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente, tendo como atribuições: dirigir os serviços que lhes forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; b) realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidas pela Diretoria; desincumbir-se das atribuições que lhes forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. - cargo e funções inerentes ao cargo: No Banco Alfa de Investimento S.A., e na Financeira Alfa S.A. – CFI, exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e membro suplente do Conselho de Administração, respectivamente, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Waldyr de Campos Andrade - 000.394.706-87

Exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A. com as seguintes atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários. Exerce o cargo de membro Suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Consórcio Alfa de Administração S.A., sendo que na vacância do membro efetivo suas principais atribuições estão elencadas acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

Fernando Pinto de Moura - 039.593.927-53

No Instituto Alfa de Cultura exerce o cargo de Diretor e têm como principais atribuições: selecionar os projetos culturais, dos quais o INSTITUTO venha a participar; levantar balanços e elaborar orçamentos; contratar e demitir funcionários, especificando as respectivas atribuições; representar o Instituto, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a eles facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses. No Banco Alfa de Investimento S.A. exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; Na Financeira Alfa S.A. – CFI e no Consórcio Alfa de Administração S.A. exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, sendo que na vacância do membro efetivo sua principal função será como descrito acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

Humberto Mourão de Carvalho - 000.233.616-20

Humberto Mourão de Carvalho, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Financeira Alfa S.A. – CFI; (iii) Alfa Holdings S.A.; (iv) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (v) Delta National Bank & Trust Co. of New York; e (vi) Delta National Bank & Trust Co. of Florida. - cargo e funções inerentes ao cargo: No Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, no Delta National Bank & Trust Co. of New York e no Delta National Bank & Trust Co. of Florida exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. No Consórcio Alfa de Administração S.A. e na Alfa Holdings S.A. exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, sendo que no caso de vacância do membro efetivo, sua principal função será participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; (vii) deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; (viii) autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (ix) resolver os casos extraordinários. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

José Aloysio Borges - 006.810.598-34

No Consórcio Alfa de Administração S.A. exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração com as seguintes atribuições: participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; (iv) manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; (vii) deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; (viii) autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (ix) resolver os casos extraordinários. No Banco Alfa de Investimento S.A. e na Alfa Holdings S.A. exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, sendo que na vacância do membro efetivo suas atribuições estão elencadas acima. No Instituto Alfa de Cultura exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração tendo como atribuições o citado acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53

- cargo e funções inerentes ao cargo: Membro Efetivo do Conselho de Administração No Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A. exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes; autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências, filiais em todo o país, ou no exterior, emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; resolver os casos extraordinários; eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. Na Prin S.A. exerce o cargo de Presidente, tendo como atribuições administrar isoladamente. Na Semco Investimentos e Participações Ltda. exerce o cargo de Diretor. Na Bahema S.A. exerce o cargo de Conselheiro de Administração. Na Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010, tendo como atribuições: além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social. Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações exerceu o cargo de Conselheiro de Administração Independente no período de junho/2005 até maio / 2009 b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Processo Administrativo Sancionador CVM nº 24/05 – Condenado a pena de multa pecuniária no valor de R\$ 250.000,00, por descumprimento do disposto no art. 8º da Instrução CVM nº 358/02, combinado com os parágrafos 1º e 4º do art. 155 da Lei nº 6.404/76.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 30.10.2008. O Sr. Luiz Alves recorreu ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. A decisão foi mantida em julgamento realizado em 26.02.2013. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro, nos últimos 5 anos, exerceu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Financeira Alfa S.A. – CFI; (iii) Alfa Holdings S.A.; (iv) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (v) Alfa Arrendamento Mercantil S.A.; e (vi) Banco Alfa S.A. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Abril/2009 até o presente - Presidente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. - 04/2005 março/2009 – Exerceu cargo de membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A.; Financeira Alfa S.A. – CFI; Consórcio Alfa de Administração S.A. e Alfa Holdings S.A.. As suas principais funções são a) representar o Conselho de Administração perante terceiros; b) convocar as Assembléias Gerais; c) instalar e presidir as Assembléias Gerais; d) sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria; e) preparar o relatório da administração à Assembléia Geral; f) preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência do Conselho de Administração; g) usar do voto de qualidade de no caso de empate nas deliberações do mesmo Conselho; h) manter o Conselho de Administração informado sobre a gestão dos Diretores. - 08/1999 a 02/2009 – Ocupou o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa S.A., sendo as suas principais atribuições: Estabelecer as normas de condução dos negócios sociais. Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembléia Geral. Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembléias Gerais e da Diretoria. Representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações. Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco. Nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando lhes os vencimentos. - 11/2008 a 02/2009 – Ocupou o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., da Financeira Alfa S.A. e da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., sendo as suas principais atribuições: Estabelecer as normas de condução dos negócios sociais a orientação do Conselho de Administração. Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembléia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; Representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco. Nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando lhes os vencimentos. - de abril/2008 até o presente – Ocupa o cargo de Diretor Presidente do Consórcio Alfa de Administração S.A. e da Alfa Holdings S.A., sendo que as principais atribuições são as elencadas no item acima. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não sofreu.

Rubens Barletta - 397.909.328-04

Rubens Barletta, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. – CFI; (v) Suzano Papel e Celulose S.A.; (vi) Advocacia Augusto Lima S/C; e (vii) Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI. Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Holdings S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A., bem como de membro Suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A. As suas principais atribuições como Conselheiro Fiscal são: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - Atua, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, Escritório Especializado em Direito Privado, com ênfase, em Societário. - 1961 – 2008 – atuou como sócio do Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C, Escritório Especializado em Direito Privado, com ênfase, em Societário. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu

Eurico Ferreira Rangel - 007.083.219-68

Eurico Ferreira Rangel, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Alfa Holdings S.A.; (ii) Banco Alfa S.A.; (iii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iv) Alfa Arrendamento Mercantil S.A.; (v) Alfa Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários S.A.; e (vi) Financeira Alfa S.A. CFI. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Alfa Holdings S.A., sendo as suas principais atribuições: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - 03/2004 a 05/2009 - Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Alfa S.A., do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., da Alfa Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários S.A. e da Financeira Alfa S.A. - CFI, desempenhando funções conforme determinam as Resoluções nº. 3081/2003 e nº. 3170/2004 do Banco Central do Brasil. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu

Cacildo Irodino da Rocha - 070.191.498-04

Formação Acadêmica: Faculdade de São Paulo da Fundação Álvares Penteado, Bacharel em Ciências Econômicas – 1969 a 1972

Experiência Profissional: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. Membro do Comitê de Auditoria a partir de julho/2009; BANCO ABN AMRO REAL S/A; Membro do Comitê de Auditoria no período: 2004 a 2009. e Diretor Private Banking no período: março de 1999 a dezembro de 2000.; BANCO REAL S/A - Diretor de Administração de Fundos Responsável pela administração dos fundos, devidamente designado junto ao Banco Central do Brasil, abrangendo as atividades: Comitês, Políticas e Gestão, Captações e operações realizadas pelas mesas, Suporte administrativo e operacional, Gerenciamento de Riscos; Diretor de Tesouraria

Responsável pela área de Tesouraria, devidamente designado junto ao Banco Central do Brasil, abrangendo as atividades: Comitês e Gestão, Negociação com Títulos Públicos e Privados, Compulsórios, Captação de Recursos (CDB, RDB etc), Operações Estruturadas, O período referente aos dois cargos acima foi de abril de 1995 a março de 1999. - CIA REAL CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS - Período: junho de 1989 a abril de 1995. - Diretor responsável pelas Operações de Bolsa realizadas na BOVESPA e Renda Fixa, envolvendo operações compromissadas, negociação com títulos públicos e privados, administração de carteiras, suporte, controles e resultados. Atendimento às auditorias interna/externa/Banco Central do Brasil/BOVESPA. CIA REAL DE COMMODITIES - Período: maio de 1989 a novembro de 1998; Diretor responsável pelas operações realizadas junto à BM&F, englobando mesas de operações, suporte, controles administrativos e resultados.

Atendimento às auditorias interna/externa/BM&F. - CIA REAL DE VALORES – DTVM

Período: junho de 1987 a março de 1989

Diretor responsável pelas operações de renda fixa / negociação com ouro no mercado primário e junto à rede de agências, suporte, controles e resultados. Atendimento às auditorias interna/externa/ Banco Central do Brasil.

BANCO REAL AS - Período: desde agosto de 1967. - Outras atividades: Cargos de Gerência e Chefia de Departamento em diversas outras áreas do Banco destacando Departamento de Acionistas / Departamento de Contratos / Departamento de Open Market / Departamento de Controle de Disponibilidades. Informações Adicionais: Participação em diversas Comissões da FEBRABAN, BM&F e ANDIMA. Habilitado pela CVM para Administração de Carteira de Valores Mobiliários. Participação em diversos cursos e seminários abrangendo a Área Financeira, Riscos, Derivativos, Controles Internos, Private Banking e Compliance. - - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu

Waldyr Gonçalves Bastos - 011.169.407-87

Waldyr Gonçalves Bastos, nos últimos 5 anos, desenvolve atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; e (ii) Financeira Alfa S.A. – CFI. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI e membro Suplente do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A., sendo as suas principais atribuições, na vacância do membro Efetivo, as seguintes: fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento de seus deveres, opinar sobre as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração, bem como sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- CFI são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Banco Alfa de Investimento S.A./ Financeira Alfa S.A. – CFI- Membro do Conselho Fiscal b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu

Luiz Henrique Coelho da Rocha - 003.233.657-87

- nome da empresa: Luiz Henrique Coelho da Rocha, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Financeira Alfa S.A. – CFI; (ii) Alfa Holdings S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Luque Engenharia Ltda.; e (v) SECONCI-SP - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerce na Financeira Alfa S.A. – CFI e na Alfa Holdings S.A. o cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal. No Consórcio Alfa de Administração S.A. ocupa o cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal. As principais atribuições de um membro Efetivo do Conselho Fiscal, bem como de um Suplente, na vacância do Efetivo, são as seguintes: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - 05/2006 até o presente – ocupa o cargo de Sócio Gerente da Luque Engenharia Ltda., prestando serviços de consultoria. - 04/2008 a 04/2010 – ocupou o cargo de membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A., participou das deliberações de competência deste Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; (iv) manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral; (vii) deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembleia Geral; (viii) autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (ix) resolver os casos extraordinários. - 04/2002 a 04/2006 – ocupou o cargo de Superintendente Administrativo Financeiro da SECONCI-SP - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo, sendo responsável pela administração de pessoas, bem como pela área financeira. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Antonio Celso Amaral Sales - 694.546.558-68

Antonio Celso Amaral Sales - Graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo – USP, com especialização em direito empresarial. Especialização em direito empresarial - Pontifícia Universidade Católica – PUC. 1973/1976 – Pinheiro Neto – Advogados : trainee/advogado; 1976/1980 – Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA : advogado; 1980/1987 – Viação Aérea São Paulo S.A – VASP - Gerente Jurídico; Coordenador da Comissão Permanente de Licitação (3 anos); 1987/1990 – TAM – Transportes Aéreos Regionais S.A. : Assessor Jurídico da Presidência; membro do Conselho de Administração da coligada Brasil Central – Linhas Aéreas Regionais S.A. (companhia fechada); desde 1990 – Amaral Salles – Advogados (prestação de serviços para a TAM – Linhas Aéreas S.A. até 2006); - Salles, Franco de Campos e Bruschini – Advogados (consultor) - atual;

2001/2008 – Forest Ltda. – sócio fundador e administrador (incorporada por Geranium Ltda.) 2001/2010 – Geranium Ltda. – sócio fundador e administrador. Para os devidos fins, informa que: Não sofreu: i) qualquer condenação criminal; ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui comitês estatutários, bem como de auditoria, de riscos, financeiros ou de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor, (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor ou (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor**

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

128.798.437-15

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Banco Alfa de Investimento S.A.

60.770.336/0001-65

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

128.798.437-15

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos

17.167.412/0001-13

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

128.798.437-15

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Corumbal Participações e Administração Ltda.

02.809.488/0001-28

Diretor Presidente

Observação

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente	128.798.437-15	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BRI Participações Ltda. Diretor Presidente	01.079.146/0001-37		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade Membro Efetivo do Conselho de Administração	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade Membro Efetivo do Conselho de Administração	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fernando Pinto de Moura	039.593.927-53	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Alves Paes de Barros Membro Efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Alves Paes de Barros Membro Efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Efetivo do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Garcia Nunes Diretor Vice Presidente	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes Diretor Vice Presidente	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Barletta Membro Efetivo do Conselho Fiscal	397.909.328-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Barletta Membro Efetivo do Conselho Fiscal	397.909.328-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho Fiscal	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr Gonçalves Bastos Membro Suplente do Conselho Fiscal	011.169.407-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho Fiscal	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Celso Amaral Sales	694.546.558-68	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Celso Amaral Sales	694.546.558-68	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Exercício Social 31/12/2016			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração/Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração Observação Não há.	60.770.336/0001-65		
<hr/>			
Administrador do Emissor Waldyr de Campos Andrade Membro Efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho de Administração Observação Não há.	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor Fernando Pinto de Moura Membro Suplente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração Observação Não há.	039.593.927-53	Controle	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor Humberto Mourão de Carvalho Membro Suplente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro Efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Efetivo do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro Efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro Efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Efetivo do Conselho Fiscal	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor Vice Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u> Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Rubens Garcia Nunes Diretor Vice Presidente	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Rubens Barletta Membro Efetivo do Conselho Fiscal	397.909.328-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Waldyr Gonçalves Bastos Membro Suplente do Conselho Fiscal	011.169.407-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Banco Alfa de Investimento S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	60.770.336/0001-65		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro Suplente do Conselho Fiscal	17.167.412/0001-13		
Observação Não há.			

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor Fernando Pinto de Moura Membro suplente Conselho de Administração	039.593.927-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Humberto Mourão de Carvalho Membro suplente do Conselho de Administração	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Banco Alfa de Investimento S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Humberto Mourão de Carvalho Membro suplente do Conselho de Administração	000.233.616-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro efetivo do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor José Aloysio Borges Membro suplente do Conselho de Administração	006.810.598-34	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro suplente do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Banco Alfa de Investimento S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlada Direta
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Controle	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	17.167.412/0001-13		
Membro suplente do Conselho Fiscal			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Observação			
Não há.			
<hr/>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração / Diretor Presidente	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A. Presidente do Conselho de Administração	60.770.336/0001-65		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração / Diretor Presidente	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Presidente do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração / Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração / Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Barletta	397.909.328-04	Controle	Controlada Direta
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Banco Alfa de Investimento S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração <u>Observação</u> Não há.	60.770.336/0001-65		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Rubens Garcia Nunes Diretor Vice Presidente	001.140.066-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro suplente do Conselho de Administração <u>Observação</u> Não há.	17.167.412/0001-13		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Waldyr de Campos Andrade Membro efetivo do Conselho de Administração	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Banco Alfa de Investimento S.A. Membro suplente do Conselho de Administração <u>Observação</u> Não há.	60.770.336/0001-65		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Waldyr de Campos Andrade Membro efetivo do Conselho de Administração	000.394.706-87	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos Membro suplente do Conselho de Administração	17.167.412/0001-13		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr Gonçalves Bastos	011.169.407-87	Controle	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65		
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem disposição ou acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática de remuneração.

A política de remuneração dos Administradores tem por objetivo remunerá-los adequadamente em suas funções, e estimular a segurança e o conservadorismo na busca pela boa qualidade dos resultados, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes um retorno adequado ao perfil dos negócios da Sociedade.

b) i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração total anual dos Administradores é composta exclusivamente por honorários fixos, pagos em 13 parcelas, sendo 12 mensais e uma anual complementar, expressa como múltiplo das mesmas parcelas mensais, conforme a seguir: (i) 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado, compatível com as responsabilidades diárias e rotineiras dos Administradores, que o Conselho de Administração (ou a Diretoria) considere justo e adequado, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias, e (ii) uma parcela anual complementar, também de valor certo e determinado, de valor equivalente a um múltiplo da parcela mensal de remuneração, a ser paga até o último dia útil do mês de maio de cada ano. O Conselho de Administração deve deliberar sobre o valor da parcela anual, definindo o múltiplo que a determinará. Esta parcela representará até 50% da remuneração total anual.

b) ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração final.

A remuneração dos Administradores é composta somente por honorários fixos, pagos em parcelas determinadas pelo Conselho de Administração, com base em verba global máxima aprovada prévia e anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sem parcela variável.

A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, os quais são propostos em valor fixo mensal, observado o mínimo legal. Quanto aos membros suplentes do Conselho Fiscal, sua remuneração também é de 100% a título de honorários, porém em valor fixo explicitado e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

b) iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a verba global máxima para o pagamento de remuneração fixa aos Administradores, em 13 (treze) parcelas, conforme definido no item b.i). Além desta verba, o Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral Ordinária valores (ou critérios para sua apuração) e periodicidade de pagamento de honorários a serem pagos aos membros do Conselho Fiscal.

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração deve procurar um valor compatível com vários aspectos a serem considerados, entre os quais:

- (i) o porte e a situação econômico-financeira das Instituições integrantes do Conglomerado, bem como com os fundamentos que nortearam a série de verbas anuais aprovadas anteriormente pela Assembleia Geral;
- (ii) o ambiente político e econômico dos mercados onde opera o Conglomerado, procurando antever e aproveitar oportunidades de resultados, bem como identificar riscos a serem evitados;
- (iii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Sociedades concorrentes, de porte e filosofia semelhantes;
- (iv) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;
- (v) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado; e
- (vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

b) iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A opção pelo pagamento exclusivamente de honorários fixos, com eliminação de qualquer parcela variável, tem como pano de fundo a adequação à Resolução n.º 3.921/10, do Banco Central do Brasil, que melhor reflete a política da Sociedade de buscar maior segurança nas operações, não estimulando seus Administradores à assunção de riscos indesejáveis ou à antecipação indevida de lucros futuros.

b) v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não existem Administradores não remunerados pelo emissor.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.
A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Instituição.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.
A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.
A estruturação da remuneração dos Administradores do emissor, privilegiando a remuneração fixa, é a que melhor se identifica com a filosofia e se adequa aos interesses do emissor e de seus acionistas. Não estimula a tomada de potenciais riscos em operações que prejudiquem a qualidade dos ativos do emissor, que teria efeitos prejudiciais no longo prazo, e potencializa o espírito de equipe e o investimento na carreira na Instituição. A remuneração alinha-se, portanto, ao conservadorismo, à segurança e ao fortalecimento do vínculo entre administrador e instituição, típicos da administração do Conglomerado Alfa.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
A Sociedade emissora é instituição *holding* do Conglomerado Alfa. A maioria dos Administradores da Sociedade somente recebe sua remuneração de instituições integrantes de seu Conglomerado, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram nelas eleitos. Alguns poucos Administradores exercem igualmente cargos em outras empresas sob o mesmo controle acionário, embora não integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, e nestes casos também recebem remuneração destas outras empresas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.
Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
O órgão do emissor que participa do processo decisório em questão é o Conselho de Administração que elabora a proposta da verba máxima mensal para pagamento dos administradores do emissor, a qual é levada para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Após a verba proposta ser devidamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração a distribui entre seus membros e os membros da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Sociedade.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor
Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor quando propõe a verba máxima mensal para pagamento dos administradores.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	723.976,00	1.388.689,00	242.741,00	2.355.406,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	144.796,00	277.738,00	48.548,00	471.082,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$144.796,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$723.976,00.	O valor de R\$277.738,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$1.388.689,00.	O valor de R\$48.548,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor R\$242.741,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	868.772,00	1.666.427,00	291.289,00	2.826.488,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	678.198,00	1.300.880,00	227.392,00	2.206.470,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	135.640,00	260.176,00	45.478,00	441.294,00

Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$135.640,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$678.198,00.	O valor de R\$260.176,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$1.300.880,00.	O valor de R\$45.478,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$227.392,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	813.838,00	1.561.056,00	272.870,00	2.647.764,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	671.929,00	1.225.762,00	171.960,00	2.069.651,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	134.386,00	245.152,00	34.392,00	413.930,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$134.386,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$671.929,00	O valor de R\$245.152,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$1.225.762,00.	O valor de R\$34.392,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$171.960,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	806.315,00	1.470.914,00	206.352,00	2.483.581,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	679.712,00	1.068.012,00	159.936,00	1.907.660,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	135.942,00	213.602,00	31.987,00	381.531,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$135.942,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$679.712,00	O valor de R\$213.602,00 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor, correspondente a 20% sobre o valor de R\$1.068.012,00.	O valor de R\$31.987 refere-se ao INSS recolhido pelo emissor sobre, correspondente a 20% sobre o valor de R\$159.936,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	815.654,00	1.281.614,00	191.923,00	2.289.191,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2016 e 2015 não foram pagos valores a título de participação nos lucros aos administradores da Sociedade.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há opções exercidas nem ações entregues.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 13.5 a 13.7.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Órgão	AHO	BAI	FASA	CAA
Conselho de Administração	14.183.608	11.186.604	17.376.243	17.986.696
Diretoria	30	26	420.920	30
Conselho Fiscal	151	1.104	800	150

Emissores: **AHO - Alfa Holdings S.A.**
 BAI - Banco Alfa de Investimento S.A.
 FASA - Financeira Alfa S.A – CFI
 CAA - Consórcio Alfa de Administração S.A.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	684.901,00	703.787,00	748.102,00	361.249,00	371.216,00	395.913,00	75.797,00	57.320,00	53.312,00
Valor da menor remuneração(Reais)	282.519,00	253.272,00	8.318,00	133.523,00	126.681,00	119.218,00	59.397,00	57.320,00	53.312,00
Valor médio da remuneração(Reais)	433.627,00	408.587,00	356.004,00	226.066,00	223.976,00	226.571,00	75.797,00	57.320,00	53.312,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****Conselho Fiscal**

31/12/2017	O Conselho Fiscal é composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.
31/12/2016	O Conselho Fiscal é composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.
31/12/2015	O Conselho Fiscal é composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há remuneração referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos da Sociedade.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há remuneração a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remunerações recebidas de outras sociedades sob controle comum

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2015

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
<u>Cons. de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	1.224.564			
Empresas controladas	3.705.375			
TOTAL	4.929.939			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	2.653.957			
Empresas controladas	3.563.451			
TOTAL	6.217.408			
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	53.312			
Empresas controladas	271.712			
TOTAL	325.024			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2016

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
<u>Cons. de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	1.181.953			
Empresas controladas	3.563.026			
TOTAL	4.744.979			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	1.750.675	33.000		
Empresas controladas	3.206.780			
TOTAL	4.957.455	33.000		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	92.240			
Empresas controladas	473.149			
TOTAL	565.389			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2017

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
<u>Cons. de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	1.167.439			
Empresas controladas	3.528.385			
TOTAL	4.695.824			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	1.749.686	33.000		
Empresas controladas	3.152.903			
TOTAL	4.902.589	33.000		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	120.220			
Empresas controladas	686.790			
TOTAL	807.010			

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2017

- a) O emissor não tem funcionários na área administrativa em São Paulo, sede da empresa.
- b) Não há trabalhadores terceirizados.
- c) O índice de rotatividade do emissor em 2017 foi zero.

2016

- a) O emissor não tem funcionários na área administrativa em São Paulo, sede da empresa.
- b) Não há trabalhadores terceirizados.
- c) O índice de rotatividade do emissor em 2016 foi zero.

2015

- a) O emissor não tem funcionários na área administrativa em São Paulo, sede da empresa.
- b) Não há trabalhadores terceirizados.
- c) O índice de rotatividade do emissor em 2015 foi 100%.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes para os exercícios de 2017, 2016 e 2015, no quadro de funcionários do emissor.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- a) O salário é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de Sindicatos de classe. A remuneração é fixa e não há remuneração variável.
- b) O emissor possui a seguinte política de benefícios:
 - i. **Plano de Saúde**
Este é um benefício que visa proporcionar aos funcionários e dependentes, assistência médica através de uma apólice de seguro saúde que possibilita todo atendimento médico de consultas, exames e internações, sem carência e sem limite de utilização.
 - ii. **Vale Refeição**
Benefício oferecido aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva da categoria.
 - iii. **Treinamento:** Cursos de pequena duração (com duração de até 120 dias ou 100h), seminários, palestras, simpósios, etc.
 - iv. **Bolsas de Estudo para Funcionários:** Esse é um benefício que visa proporcionar aos funcionários uma ajuda no pagamento de seus estudos superiores (Pós Graduação e MBA).
- c) Não há plano de remuneração baseado em ações para nossos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A relação que o emissor possui com os Sindicatos se desenvolve no contexto de cordialidade e respeito, não havendo qualquer fato relevante que mereça destaque nos 3 últimos exercício sociais.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Mario Slerca Junior						
007.592.017-49	Brasileiro-SP	Não	Não	19/04/2018		
Não						
966.736	2,101000%	8.984.356	23,233000%	9.951.092	11,751000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.536.608	3,973578%				
Preferencial Classe B	7.447.748	19,259440%				
TOTAL	8.984.356	23,233018%				
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações						
05.775.774/0001-08	Brasileira-SP	Não	Não	19/04/2018		
Não						
1.768.176	3,842000%	12.413.860	32,102000%	14.182.036	16,747000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	5.325.324	13,770976%				
Preferencial Classe B	7.088.536	18,330538%				
TOTAL	12.413.860	32,101514%				
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/04/2018		
Não						
41.031.698	89,178000%	8.399.919	21,722000%	49.431.617	58,373000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.817.105	7,285000%				
Preferencial Classe B	5.582.814	14,437000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/04/2018		
Não						
41.031.698	89,178000%	8.399.919	21,722000%	49.431.617	58,373000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	8.399.919	21,721698%				
Luiz Alves Paes de Barros						
272.014.578-53	Brasileiro-SP	Não	Não	19/04/2018		
Não						
0	0,000000%	682	0,001000%	682	0,001000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	607	0,001000%				
Preferencial Classe B	75	0,000194%				
TOTAL	682	0,001764%				
OUTROS						
2.245.022	4,879000%	8.871.820	22,942000%	11.116.842	13,128000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	4.634.237	11,984000%				
Preferencial Classe B	4.237.583	10,958000%				
TOTAL	8.871.820	22,942006%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	46.011.632	100,000000%	38.670.637	100,000000%	84.682.269	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88	
Aloysio de Andrade Faria					
001.156.577-20	Brasileira-SP	Não	Sim		
Não					
199.996.280	99,980000	0	0,000000	199.996.280	99,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3.726	0,020000	0	0,000000	3.726	0,020000
TOTAL					
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações				05.775.774/0001-08	
Carlos Augusto Amaral Paes de Barros					
165.974.098-33	Brasileiro-SP	Não	Não	19/04/2017	
Não					
6.749.266	6,611000	0	0,000000	6.749.266	6,611000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luiz Alves Paes de Barros					
272.014.578-53	Brasileiro-SP	Não	Não	19/04/2018	
Não					
73.063.299	71,561000	0	0,000000	73.063.299	71,561000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Sílvia Doria do Amaral					
094.212.618-10	Brasileira-SP	Não	Não	19/04/2017	
Não					
22.286.233	21,828000	0	0,000000	22.286.233	21,828000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações				05.775.774/0001-08	
TOTAL					
102.098.798	100,000000	0	0,000000	102.098.798	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	11.269
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.844
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	8

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	3.211.758	6,980317%
Quantidade preferenciais (Unidades)	17.856.176	46,175024%
Preferencial Classe A	6.170.845	43,110915%
Preferencial Classe B	11.685.331	47,975728%
Total	21.067.934	24,878802%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O organograma não será inserido.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 nas participações dos membros do grupo de controle e dos administradores do emissor.

15.7 - Principais operações societárias

Não houve operações societárias que tiveram efeitos relevantes para o emissor nos anos de 2017, 2016 e 2015.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A política do emissor é de que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizados observando-se preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Legislação vigente.

A Lei das Sociedades por Ações determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso normal de seus negócios, o emissor, suas coligadas e algumas empresas detidas pelo Acionista Controlador realizam operações comerciais e financeiras entre si. As operações entre as partes relacionadas foram efetuadas pelas mesmas taxas e valores médios praticados com terceiros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	31/12/2017	19.503.533,56	Em 31.12.2017 R\$19.503.533,56	R\$ 19.503.533,56	Vencimento 05/12/2019.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Letras de Arrendamento Mercantil						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	No vencimento ou resgate antecipado						
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira à taxa de 100% do CDI, com o objetivo de rentabilizar os recursos disponíveis do emissor.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Metro Tecnologia Informatica Ltda.	01/08/1997	308.205,65	Não há saldo	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Prestação de Serviços Prestados de assessoria, consultoria administrativa em geral nas areas financeira, fiscal, contratos, contabil						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Fica ressalvado às partes o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mediante a simples comunicação escrita de uma parte a outra, com antecedencia minima de 30 dias, sem que com isso seja devida qualquer importancia, a título de multa ou indenização.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Coligada.						
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.	30/04/1999	0,00	Não há saldo existente	Não é possível aferir	Indetermiado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Regular os direitos e obrigações das partes contratantes, relativamente a qualquer operação, isolada ou conjunta, nos mercados à vista e ou/ liquidação futura de títulos e valores mobiliários.						
Garantia e seguros	Prévio depósito dos títulos a serem vendidos, prévio depósito dos títulos objetos ou garantias, na BM&F ou CBLC, conforme o caso, depósitos adicio						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser recindido a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante aviso prévio de 30 dias, desde que estejam absolutamente em dia, todas as obrigações assumidas por cada uma das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada indireta.						
Banco Alfa de Investimento	31/12/2017	1.191.171,51	R\$1.191.171,51	R\$1.191.171,51	JCP recebido em 06/10/2017 e 19/03/2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Recebimento de juros sobre capital próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Financeira Alfa S.A.	31/12/2017	590.369,38	R\$590.369,38	R\$590.369,38	JCP recebido em 06/10/2017 e 19/03/2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Recebimento de juros sobre capital próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não recebimento						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no tópico 16.1, é política do emissor que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado, em conformidade com a legislação vigente.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
19/04/2018	352.804.000,00		46.011.632	38.670.637	84.682.269
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	14.313.881				
Preferencial Classe B	24.356.756				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2017	336.206.000,00		46.011.632	38.670.637	84.682.269
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	14.313.881				
Preferencial Classe B	24.356.756				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/04/2016	316.845.000,00		46.011.632	38.670.637	84.682.269
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	14.313.881				
Preferencial Classe B	24.356.756				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	19.649.500,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	19.361.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	16.598.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento e bonificação pelo emissor nos 3 últimos exercícios.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital pelo emissor nos 3 últimos exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há informações relevantes para este item.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	25% do lucro líquido ajustado Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.
Outras características relevantes	Não há outras características a serem mencionadas.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da classe "A" têm direito a um dividendo anual correspondente a 12% da parte do capital representado por essa classe de ações. Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	o direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação do emissor.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.
Outras características relevantes	Não há outras características a serem mencionadas
<hr/>	

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendos, por ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária. Os dividendos são pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	o direito de reembolso do capital no caso de amortização de ações ou de liquidação do emissor.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários
Outras características relevantes	Não há outras características a serem mencionadas.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções nem cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto do emissor.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	121.947	3,50	2,20	R\$ por Unidade	2,81
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.149	2,70	2,23	R\$ por Unidade	2,49
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	30.097	2,61	2,21	R\$ por Unidade	2,41
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.821	2,86	2,17	R\$ por Unidade	2,42
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	333.268	4,84	4,56	R\$ por Unidade	4,74
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	268.891	5,20	4,72	R\$ por Unidade	4,85
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	409.376	5,50	4,76	R\$ por Unidade	5,09
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.545	5,79	5,13	R\$ por Unidade	5,42
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	115.618	2,92	2,70	R\$ por Unidade	2,79
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	181.498	3,10	2,89	R\$ por Unidade	2,96
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	235.702	3,20	2,60	R\$ por Unidade	2,92
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	181.978	3,10	2,32	R\$ por Unidade	2,72

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.683	2,20	1,50	R\$ por Unidade	1,93
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.927	1,97	1,44	R\$ por Unidade	1,56
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	105.951	2,90	2,04	R\$ por Unidade	2,45
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	54.305	2,99	2,61	R\$ por Unidade	2,84
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	105.718	4,42	4,03	R\$ por Unidade	4,24
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	312.899	4,50	4,25	R\$ por Unidade	4,32

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.238.105	4,60	4,35	R\$ por Unidade	4,44
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	166.743	4,70	4,38	R\$ por Unidade	4,61
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	692.201	1,77	1,52	R\$ por Unidade	1,69
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	149.459	2,60	1,93	R\$ por Unidade	2,23
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	57.604	2,60	2,38	R\$ por Unidade	2,48
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	100.369	2,30	1,66	R\$ por Unidade	1,90

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.847	2,31	2,08	R\$ por Unidade	2,19
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.822	2,31	2,21	R\$ por Unidade	2,25
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	51.053	2,50	2,35	R\$ por Unidade	2,43
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.938	2,37	2,31	R\$ por Unidade	2,35
31/03/2015	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	199.283	4,50	2,75	R\$ por Unidade	3,40
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	81.355	4,20	3,11	R\$ por Unidade	3,95
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	458.924	4,75	4,12	R\$ por Unidade	4,26
31/12/2015	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	122.677	4,31	4,17	R\$ por Unidade	4,27
31/03/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.070	1,85	1,85	R\$ por Unidade	1,85
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.507	2,01	1,81	R\$ por Unidade	1,89
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	157.264	2,02	1,89	R\$ por Unidade	1,97
31/12/2015	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.012	1,91	1,71	R\$ por Unidade	1,85

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não emitiu outros valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações do emissor são negociadas na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os seguintes códigos:

RPAD3 – Ações Ordinárias

RPAD5 – Ações Preferenciais da classe A

RPAD6 – Ações Preferenciais da classe B

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há negociação de valores mobiliários do emissor em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não emitiu títulos no exterior nos 3 últimos exercícios.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nem o emissor nem terceiros efetuaram ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários do emissor nos últimos 3 exercícios.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

O emissor não efetuou ofertas públicas de distribuições de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

O emissor não efetuou ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros nos 3 últimos exercícios.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve plano de recompra de ações nos 3 últimos anos.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria nos 3 últimos anos.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes para este item.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui política de negociação.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Qualquer informação a respeito das atividades do emissor que seja passível de divulgação pública é obrigatoriamente submetida ao crivo da Diretoria do emissor e, dependendo da sensibilidade da matéria tratada, sujeita a aprovação pelo Conselho de Administração.

O emissor prepara e atualiza regularmente publicações que orientam todos os seus colaboradores sobre a filosofia do Conglomerado do qual faz parte, bem como sobre as diretrizes de atuação e princípios que norteiam seus negócios. Tais publicações incluem os “Conceitos Básicos e Linha de Atuação”, o “Código de Ética e Conduta”, as medidas de “Prevenção à Lavagem de Dinheiro” e a política de “Segurança da Informação”.

Tais normas incluem regras sobre a proibição à prestação de declarações ou entrevistas a órgão de comunicação sem a prévia e expressa aprovação da Diretoria. Também determinam a vedação absoluta ao uso de informação privilegiada e ao fornecimento a terceiros de informações relativas às atividades do emissor sujeitas ao sigilo profissional.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ao identificar ato ou fato que possa ser caracterizado como relevante para o emissor, e desta forma sujeito a divulgação nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 358/02, a Diretoria do emissor submete-o à análise da Presidência e da Diretoria de Relações com Investidores que, conjuntamente, quando entendem ser o caso, elaboram o respectivo Comunicado e adotam as providências para sua divulgação.

A manutenção do sigilo destas informações, até sua divulgação na forma regulamentar, é assegurada pelo seu acesso restrito até a divulgação, permitido somente aos administradores, bem como pelas regras de sigilo profissional acima mencionadas, sempre aplicadas criteriosamente e com máximo rigor.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Diretor responsável por Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.